

## A Cidadania e a Construção dos Espaços Públicos

Darcísio Corrêa<sup>1</sup>

### Resumo

---

O presente artigo aborda a cidadania sob o ângulo da construção dos espaços públicos, tendo como referência sociológica os alarmantes dados identificadores das desigualdades sociais e materiais do contexto contemporâneo, identificando os principais problemas existentes: um processo de globalização excludente, a crise dos modernos Estados nacionais, a perda das identidades e das referências éticas num processo de fragmentação e de uniformização da vida na atual idade das redes. Visando à busca de perspectivas de emancipação e de formas alternativas de desenvolvimento, sugere um novo contrato social, tendo como princípios centrais a ecologia, a solidariedade participativa e a inclusão social.

**Palavras-chave:** Cidadania, espaço público, Estado nacional, globalização, ética, emancipação, solidariedade, inclusão social.

### Abstract

---

The present article approaches the citizenship under the angle of the construction of the public spaces, tends as sociological reference the alarming given badges of the social and material inequalities of the contemporary context, identifying the main existent problems: a process of excludent globalization, the crisis of the modern national states, the loss of the identities and of the ethical references in a fragmentation process and of uniformization of the life in the current age of the nets. Seeking to the search of emancipation perspectives and in alternative ways of development, suggests a new social contract, tends as central beginnings the ecology, the participatory solidarity and the social inclusion.

**Keywords:** citizenship, space public, national State, globalization, ethics, emancipation, solidarity, social inclusion.

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor do Departamento de Estudos Jurídicos da Unijuí e Coordenador do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania. (dcorrea@unijuí.tche.br)

## Introdução

O termo cidadania provém de cidade, entendida esta como um espaço público reservado aos que dela participam. Na Grécia clássica, cidadãos eram aqueles que integravam a *polis*, tida como o espaço coletivo de construção da felicidade de seus cidadãos. Nessa lógica a cidadania caracterizava o *status* necessário para alguém se realizar como um *ser político*, na expressão de Aristóteles, participando desse espaço público, do qual, à época, ficavam excluídos escravos, estrangeiros e mulheres. Na sociedade romana o termo *civis* – cidadão – expressava a mesma realidade, embora com características diferenciadas.

Já na Idade Moderna o conceito de cidadania, enquanto *status* de participação do espaço público, nasceu com os burgos, as cidades emergentes da época, contrapostas à lógica privatista e patrimonialista dos feudos medievais. Destaca-se extraordinário avanço na concepção da cidadania: todos os integrantes de uma nação, ao invés de uma minoria privilegiada, passam a usufruir formalmente do *status* da cidadania, pois, pela igualdade jurídica, constituem-se sujeitos de direitos e de deveres.

O problema, no entanto, em termos de sua efetiva concretização, reside no fato da separação formal entre o político (considerado espaço público) e o econômico (tido como espaço privado), uma vez que os cidadãos, vistos formalmente como iguais perante a lei, tornam-se economicamente desiguais no sistema capitalista, no qual o Estado não podia intervir.

As condições materiais para os cidadãos terem garantido um espaço público, portanto, eram concretamente sonegadas pela lógica concorrencial e excludente do sistema de livre mercado, no qual apenas os mais fortes se apropriam das condições de cidadania. Em outros termos, os espaços de cidadania civil e política, formalmente abertos a todos os nacionais, eram negados pelos espaços privados em que se efetuam as condições materiais de existência. No terreno do mercado não se universalizava a cidadania econômica.

Com a crise do Estado liberal-burguês, decorrente do crescente confronto de classes a partir da segunda metade do século XIX, procurou-se ampliar a cidadania civil e política pela constitucionalização de novos direitos, jus-

tamente no campo econômico, por meio do Estado de Bem-estar, de caráter intervencionista. Sintomaticamente, estamos vivendo a crise desse Estado intervencionista no campo social, açoitado pelos postulados do neoliberalismo e por um processo de globalização acentuadamente excludente.

No sentido de fazer avançar a reflexão convém abordar a questão da cidadania sob duas dimensões: a jurídica e a política<sup>2</sup>. A dimensão jurídica da cidadania caracteriza o vínculo que o cidadão tem com uma comunidade político-estatal, na qual é reconhecido como um sujeito de direitos e de deveres. Cidadania, sob este ângulo, é, nas palavras da pensadora alemã Hannah Arendt, o *direito a ter direitos*<sup>3</sup>, ou seja, o pressuposto para que se possa falar em direitos humanos. Já no entendimento de Marshall<sup>4</sup>, cidadania é a igualdade humana básica de participação numa comunidade política.

Acontece, no entanto, que o mero vínculo jurídico com determinada comunidade política não garante para o cidadão a efetiva participação nos espaços públicos necessários para sua dignidade. Em razão disso torna-se importante a dimensão política, pela qual entendemos a cidadania como um processo de construção do acesso aos espaços públicos, indispensáveis à realização plena de cada cidadão. As condições materiais para uma existência digna do ser humano não são dadas gratuitamente pelos detentores do poder político nem pelas poucas, mas grandes, corporações que regem os destinos do planeta.

Numa sociedade competitiva como a nossa as contradições próprias de um sistema voltado para o lucro, em desfavor da solidariedade, geram constantes conflitos na relação de forças dos diversos grupos sociais, o que

---

<sup>2</sup> Esta abordagem vem desenvolvida de forma mais aprofundada em meu livro *A construção da cidadania – Reflexões histórico-políticas*, publicado pela Editora Unijuí.

<sup>3</sup> O enfoque de Hannah Arendt foi destacado por Celso Lafer na obra *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*, publicado pela Companhia das Letras.

<sup>4</sup> Veja-se a obra do referido autor, *Cidadania, classe social e status*, publicado pela Zahar Editores, e que se tornou referência obrigatória nos estudos sobre a cidadania.

torna a luta por espaços públicos de cidadania um processo extremamente conflitivo. Por isso a cidadania, enquanto processo de construção de espaços públicos compartilhados por todos em condições de sobrevivência digna, sinaliza para a necessidade de uma realização democrática da sociedade, cuja efetivação faz com que a articulação política dos segmentos excluídos torne-se fundamental para a superação das contradições do sistema capitalista.

## **Contexto: em que tempos vivemos?**

A questão da cidadania e da construção dos espaços públicos deve ser inicialmente contextualizada na complexidade das relações sociais contemporâneas, seja em nível nacional ou internacional, uma vez que as condições socioeconômicas necessárias para a materialização de uma existência digna dos seres humanos são indispensáveis para o exercício da cidadania. A busca de novos espaços de vida e a reconstrução de espaços públicos já consolidados têm como pressuposto a tomada de consciência da problemática que envolve o nosso ser-no-mundo, uma vez que a compreensão da realidade antecede, com certeza, sua transformação inclusiva. Nesta perspectiva importa ressaltar os principais problemas econômicos e sociais próprios do terceiro milênio, a crise da política no que concerne à construção dos espaços públicos, bem como a problematização ética nas sociedades atuais.

### ***Problemas socioeconômicos***

Apresentaremos, de forma apenas ilustrativa, alguns dados sociológicos sobre as condições sociais e materiais de existência, com destaque para a concentração de renda e a exclusão social, para que as aparências, ideologicamente construídas pelos meios de comunicação de massa, não nos ocultem a essência das contradições sociais.

Segundo *Informe da ONU sobre o Desenvolvimento*, a riqueza total dos 358 maiores “bilionários globais” equivale à renda somada dos 2,3 bilhões mais pobres (45% da população mundial). A respeito Victor Keegan comen-

ta: “Se (como observou um crítico americano) os 358 decidissem ficar cada um com US\$ 5 milhões para se manter e distribuir o resto, praticamente dobrariam a renda anual de quase metade da população da Terra. E os porcos voariam” (apud Bauman, 1999, p. 79). Seguindo ainda informações de Bauman,

só 22 por cento da *riqueza* global pertencem aos chamados “países em desenvolvimento”, que respondem por cerca de 80 por cento da população mundial. E esse não é de forma alguma o limite a que deve chegar a atual polarização, uma vez que a parcela da riqueza *global* que cabe atualmente aos pobres é ainda menor: em 1991, 85 por cento da população mundial recebiam apenas 15 por cento da renda global. Não admira que os esqualidos 2,3 por cento da riqueza mundial possuídos por 20 por cento dos países mais pobres trinta anos atrás caíram agora ainda mais no abismo para 1,4 por cento (p. 78).

Em termos de cumprimento ou não das promessas da modernidade, referidas a uma igualdade fundamental dos cidadãos, Boaventura de Sousa Santos constata:

No que respeita à promessa da igualdade os países capitalistas avançados com 21% da população mundial controlam 78% da produção de bens e serviços e consomem 75% de toda a energia produzida. Os trabalhadores do Terceiro Mundo do sector têxtil ou da electrónica ganham 20 vezes menos que os trabalhadores da Europa e da América do Norte na realização das mesmas tarefas e com a mesma produtividade (2000, p. 23).

Os estudos de Kliksberg apontam para a iniquidade na distribuição de renda na América Latina, na qual, estima-se, em 1998 havia 192 milhões de pobres e indigentes. A Comissão Latino-Americana e do Caribe para o Desenvolvimento Social considera que se encontra em situação de pobreza praticamente a metade dos habitantes da América Latina e do Caribe. Na América Latina:

5% da população possui 25% da renda nacional; por outro lado, 30% da população tem apenas 7,5% da renda nacional. É a maior brecha do planeta. [...] Em média, a metade da renda nacional de cada país da região vai para as mãos dos 15% mais ricos da população. No Brasil, os 10% mais ricos possuem 46% da renda, enquanto os 50% mais pobres, apenas 14% da mesma. Na Argentina, enquanto em 1975 os 10% mais ricos recebiam oito vezes mais renda que os 10% mais pobres, em 1997 a relação tinha mais que duplicado, era 22 vezes maior (2001, p. 27).

Segundo o mesmo autor,

aproximadamente um de cada dois latino-americanos está abaixo da linha de pobreza. A situação das crianças é ainda pior: seis de cada dez são pobres. Os jovens se encontram numa situação difícil. A taxa de desemprego juvenil duplica a elevada taxa de desemprego geral, superando em muitos países os 20%. Apenas um de cada três jovens cursa o ensino médio (contra quatro de cada cinco no sudeste asiático). Formou-se um vastíssimo contingente de jovens que tiveram de abandonar seus estudos mas que também não têm lugar no mercado de trabalho. Os problemas de saúde são delicados. Um terço da população da região carece de água potável, condição preventiva básica. Também há sérios déficits quanto aos sistemas de esgoto. Cerca de 18% dos partos são realizados sem assistência médica de qualquer tipo. A taxa de mortalidade materna é cinco vezes a dos países desenvolvidos. Sob o embate da pobreza, as famílias entram em crise e muitas vezes se desarticulam. A criminalidade cresce fortemente. É quase seis vezes o que se considera internacionalmente uma criminalidade moderada. Surge intensamente ligada a fatores como o aumento do desemprego juvenil, à baixa educação e à deterioração da família. A tudo isso soma-se a expansão de um novo tipo de pobreza, amplos setores das classes médias sofreram uma queda socioeconômica pronunciada e constituem os chamados “novos pobres”. Assim, entre outros casos, na Argentina, que contava com uma grande classe média, estima-se que sete milhões de pessoas dos estratos médios se transformaram em pobres na década de 90 (por 38 milhões de habitantes), e processos similares se observam em muitos outros países (p. 9).

Ainda segundo Kliksberg, estimativas da Cepal, em seu *Panorama Social da América Latina 2000*, apontam:

a população em situação de pobreza cresceu, de 1997 até início de 2000, de 204 milhões a não menos de 220 milhões. Analisando a estrutura da força de trabalho em oito países da região que compreendem 75% de sua produção total (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá e Venezuela), a Cepal constata que 75% da população que possui ocupação “recebe uma renda média que na maioria dos países não é suficiente por si só para tirar da pobreza uma família de tamanho e composição típica” (p. 15).

Já no Brasil, onde os 40% mais pobres participam com 7% na renda nacional, ao passo que os 10% mais ricos abocanham 50,6% da mesma, Benjamin constata um retrocesso assustador: “A renda dos 10% mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres em 1960; essa relação passa para 40 vezes em 1970, 47 vezes em 1980 e atinge 78 vezes no censo de 1991” (1998, p. 91). No referente à população economicamente ativa somente 2,2% ganham mais de 20 salários mínimos mensais, sendo que 4,6% ganham entre 10 e 20 salários mínimos mensais. Na outra ponta, 70% dos trabalhadores que integram a força de trabalho no Brasil percebem menos de três salários mínimos mensais.

Em termos da preservação ambiental, Boaventura de Sousa Santos lembra que

nos últimos 50 anos o mundo perdeu cerca de um terço de sua cobertura florestal. Apesar de a floresta tropical fornecer 42% da biomassa vegetal e do oxigênio, 600.000 hectares de floresta mexicana são destruídos anualmente. As empresas multinacionais detêm hoje direitos de abate de árvores em 12 milhões de hectares da floresta amazônica. A desertificação e a falta de água são os problemas que mais vão afectar os países do Terceiro Mundo na próxima década. Um quinto da humanidade já não tem hoje acesso a água potável (2000, p. 23-24).

Os dados arrolados a título meramente exemplificativo servem como amostragem suficiente para deixar clara a gravidade da questão socioeconômica em termos de concentração de renda e de flagrante desigualdade nas condições de vida dos cidadãos.

### ***A questão da globalização excludente e a crise dos Estados nacionais***

Alardeia-se hoje que somos cidadãos do mundo. Quanto à dimensão jurídica da cidadania, no entanto, esta afirmação, por mais rica que seja, não é real. O planeta Terra está hoje loteado, geográfica e politicamente, em Estados-nação, razão pela qual as condições de cidadania permanecem necessariamente atreladas a um destes espaços geopolíticos, caracterizados como soberanos e independentes. A garantia dos direitos de cidadania depende diretamente do ordenamento jurídico-político de um destes Estados-nação.

Como falar em cidadania no século XXI? Como falar em acesso aos espaços públicos quando a maior parte da população planetária carece de condições mínimas de dignidade humana? Muitos dos que defendem o rumo atual do processo de globalização esquecem que ela tem duas pontas: uma, a dos locais, presos às contingências do espaço territorial, no qual se concentram as necessidades imediatas dos segmentos excluídos da sociedade; portanto a ponta pobre, excluída da tão decantada mobilidade transnacional. Outra, a das elites globais, estas sim desvinculadas dos compromissos sociais de solidariedade territorial. Por elites globais entenda-se os segmentos sociais privilegiados, as poucas e poderosas corporações transnacionais que, em termos econômicos, sobrepõem-se aos interesses nacionais e às políticas públicas responsáveis pelo atendimento das demandas sociais de maior premência. A elite da mobilidade isola-se da comunidade local, embora seja a conformadora de sua realidade. Como já afirmado em outra oportunidade,

as elites econômicas e sociais, e somente elas, por não estarem mais presas aos problemas locais, podem mudar-se de repente e sem aviso para fugir das responsabilidades vinculadas aos interesses do todo de



uma comunidade. No caso de uma empresa por ações os empregados (com seus deveres), os fornecedores e a localidade ficam desassistidos quando a companhia se muda. Os investidores e acionistas, livres da determinação territorial, escolhem onde colher dividendos mais elevados, “deixando a todos os demais – presos como são à localidade – a tarefa de lamber as feridas, de consertar o dano e se livrar do lixo” (Bauman, 1999, p. 15). Ficam assim expropriados os poderes éticos dos habitantes locais, excluídos que são do debate sobre as decisões que irão pautar o comportamento da comunidade. É a crescente degradação ética dos espaços públicos (Corrêa, 2003, p. 84-85).

A grande questão a ser posta é: como construir espaços públicos de cidadania a partir dos Estados nacionais num contexto em que o processo de globalização, dentro da lógica neoliberal, transnacionaliza as condições materiais efetivas de sua realização? O dilema da cidadania consiste justamente no fato de que suas condições jurídico-políticas dependem de um determinado Estado territorial, enquanto as condições econômicas, das quais resultam os meios necessários para uma vida digna, se desterritorializam, sobrepondo-se às fronteiras dos Estados nacionais. As políticas públicas estabelecidas pelos governantes do país devem voltar-se para as demandas sociais de seus cidadãos. Os recursos financeiros, no entanto, controlados pelas elites globais, não se submetem a tais políticas, o que gera a grave crise por que passam os Estados nacionais, especialmente no Terceiro Mundo.

É este o contexto dentro do qual devem ser analisados os propósitos de governos ou organismos da sociedade civil preocupados em buscar soluções coletivas para as demandas sociais presentes no processo de construção dos espaços públicos de cidadania. As iniciativas que visam a um desenvolvimento voltado para as solidariedades coletivas esbarram quase sempre na dura realidade da dependência econômica e dos limites impostos pelo jogo dos grandes grupos transnacionais, pouco preocupados com a cidadania brasileira.

No campo das relações internacionais cabe bem a pergunta: que espaços pretendem ser construídos pelas políticas de governo hegemônicas nos países centrais? Espaços públicos de cidadania em nível global, de cará-

ter inclusivo no que se refere à cidadania dos países periféricos, ou espaços privados que envolvem os interesses de alguns poucos grupos controladores do jogo do mercado?<sup>5</sup> Em termos de periferia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, cabe a pergunta: como consolidar espaços públicos de solidariedade nesse contexto de dependência do grande capital transnacionalizado, que dita as regras em favor de uma acumulação sem fronteiras?

Mais do que nunca deve ser valorizada a importância da política e a reconstrução funcional dos Estados nacionais. Damos razão a Hannah Arendt quando afirma que a política, hoje, faz parte da própria condição humana. Sem esforços políticos consistentes e articulados não é possível a construção de efetivos espaços públicos de cidadania. O problema, em nosso entendimento, parece residir no fato de que muitos desses esforços políticos, embora aparentemente alternativos, apenas reproduzem e legitimam a exclusão social, em razão de carecerem de potencial emancipatório.

Não é fácil buscar e efetivar alternativas emancipatórias fora dos modelos de desenvolvimento predominantes. Um corte epistemológico frente aos paradigmas socioculturais vigentes está a exigir novas formas de conhecimento, que funcionem com critérios de solidariedade, um *conhecimento-emancipação*, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2000). O ambicioso paradigma da modernidade ocidental, a consistir na busca da emancipação global por meio da regulação jurídica, está com evidentes sinais de degradação, se não de esgotamento. Princípios únicos de transformação social, alicerçados em modelos totalizantes, também únicos, de operacionalização estão em crise. Não havendo uma forma única de dominação, múltiplas também serão as resistências.

---

<sup>5</sup> Sob este prisma, vale a pena encetar uma análise mais acurada dos recentes acontecimentos que abalaram a humanidade com a chamada “Guerra do Iraque”, pretensamente legitimada em nome da “liberdade” dos cidadãos iraquianos, mas efetivamente marcada por fins geopolíticos estabelecidos em favor dos interesses econômicos de grandes conglomerados e corporações planetárias.

## ***A questão ética e a perda das identidades***

No atual momento de transição paradigmática, muitos são os sinais a apontarem para uma preocupação generalizada com a crescente perda dos espaços públicos de cidadania. Em termos econômicos, cresce a sensação de insegurança quanto à sobrevivência digna. A instabilidade das relações econômicas no jogo do mercado vai afetando não apenas as camadas pobres da população, mas também significativos segmentos da classe média. Generaliza-se cada vez mais um sentimento de perda, não só no que se refere às condições materiais de uma existência digna, mas também no tocante a uma sociedade mais justa. Tal sentimento de perda estende-se igualmente à questão das identidades pessoais.

No bojo do processo de globalização esvaem-se valores e certezas, até há pouco tidos como fundamentais. Numa sociedade essencialmente competitiva e consumista, razões substantivas como debates públicos, solidariedades coletivas e dignidade humana vão cedendo espaço para uma razão meramente operacional, cujo critério maior é ser eficiente no sistema. A razão pragmática, moldada pelos interesses dos que controlam o processo social em seu próprio favor, vai gradativamente minando as referências éticas.

Os espaços midiáticos, fiéis à lógica da acumulação e do lucrativismo, especializam-se cada vez mais em mostrar conseqüências, rotinizando de forma sensacionalista as mazelas e misérias sociais no afã de esconder as causas da exclusão social. A informação midiática não se cansa de filtrar imagens de guerra, assassinatos, drogas, pilhagem, doenças contagiosas, fome e miséria, sem, no entanto, apontar suas causas, como a destruição do trabalho e dos postos de trabalho, as competitivas indústrias bélicas e, sobremaneira, o processo concentrador de bens e de rendas. Apesar de vingarem escassas oportunidades de debates em favor da cidadania, os grandes meios de comunicação de massa reproduzem, de forma subreptícia e sistemática, os cânones que interessam aos agentes do mercado, gerando nos cidadãos o efeito perverso do embotamento ético e da descrença na política.

No contexto da globalização acentuam-se de forma cada vez mais clara os sinais identificadores da perda das identidades e das raízes dos cidadãos. À medida que os espaços públicos de decisão e de debate deslocam-se dos territórios locais para as instâncias transnacionalizadas das elites globais, o cidadão comum vê-se perplexo e desamparado diante de um mundo de relações que lhe foge do alcance. É o paradoxo de ser cidadão do mundo graças às fantásticas inovações tecnológicas e, ao mesmo tempo, sentir-se isolado diante de uma realidade que lhe escapa do controle:

O homem renuncia à sua consciência de sujeito capaz de julgar o mundo, para se render a um novo conformismo: o de admitir a mudança social, mas uma mudança que foge da alçada do homem. Importa ao sistema um sujeito padronizado, capaz de adaptar-se sem provocar conflito. Mas esse mundo contemporâneo fragmentado gera angústia, num império de signos sem significados, sendo o dinheiro o último signo, o denominador comum (Corrêa, 2002a, p. 21).

O homem globalizado de nosso tempo é um homem fragmentado, eticamente confuso, uma vez que o processo de homogeneização e de uniformização que lhe é imposto pela lógica do império das redes leva-o a renunciar à própria identidade, numa espécie de conformismo fatalista que o força a submeter-se à semelhança, proibido que é de ser diferente, de discordar, de indignar-se. Desenraizado e desassistido, rende-se a fundamentalismos, religiões irracionais e ritos mágicos (horóscopos, videntes, etc.). Guéhenno, ao comentar o declínio ou a perda de qualquer totalidade unificadora, assevera:

A religião da idade imperial é, pois, herdeira das funções que a nação na idade institucional assumia: ela divide ao invés de juntar. E se ela organiza a comunhão social, muitas vezes o faz à maneira das seitas, por exclusão e não pelo registro do universal. No mundo da uniformidade e da homogeneização, a religião permite que escapemos da abstração universal para reencontrar, no arquipélago da solidão moderna, o sentimento da nossa individualidade (1999, p. 98).

Essas religiões, que idolatram o contingente e o indeterminado fetichizado como último refúgio do sentido em meio aos constantes riscos de vida, ressuscitam fidelidades mágicas por meio de rituais alienantes cada vez mais afastados da metafísica das religiões tradicionais, e cada vez mais próximos de um poderoso apelo às consciências individuais, juntando muitas vezes religião e política, como no caso do fundamentalismo islâmico.

Esses sinais muito claros de ascensão do irracional no mundo das redes e de seus sofisticados avanços tecnológicos são também apontados por Ignacio Ramonet, ao abordar a atual geopolítica do caos:

Um número cada vez maior de cidadãos, que se sentem ameaçados por uma modernização tecnológica brutal e forçada, experimentam rancores antimodernistas. E constata-se que a atual racionalidade econômica que despreza o homem favorece a progressão de um irracionalismo social.

Diante de tantas reviravoltas incompreensíveis e tantas ameaças, inúmeras pessoas acreditam assistir a um eclipse da razão. E são tentadas pela fuga em uma imagem irracional do mundo. Muitas pessoas recorrem aos paraísos artificiais da droga, do álcool, ou às paraciências e às práticas ocultistas. Será que você sabe que, todos os anos, na Europa, mais de 40 milhões de pessoas consultam videntes e curandeiros? Que uma pessoa em duas afirma ser sensível aos fenômenos paranormais? (1998, p. 80).

Essa procura das origens, da identidade comunitária e da solidariedade pessoal é a marca central da idade em que vivemos, atingindo, de maneira drástica, as formas tradicionais de fazer política:

as grandes construções universais vão cedendo espaço ao confinamento comunitário, a lógica dos princípios e das soluções abrangentes é substituída pela lógica dos procedimentos, das ações meramente operacionais com base na contingência e na mobilidade do jogo sempre provisório dos interesses particulares. E este jogo não obedece mais às leis da política clássica. Com o fim das certezas da racionalidade moderna, das soluções fáceis para a construção de solidariedades coletivas, a nova idade das redes e sua dimensão relacional de sistemas abertos aponta para a necessidade de se buscar um novo modo de fazer política (Corrêa, 2003, p. 81).

A busca de novos caminhos propositivos no campo da justiça social nos instiga a retomar a questão da cidadania como referência teórico-reflexiva fundamental. Em meio aos paradoxos da atualidade é preciso ter a coragem de reinventar utopias mediante projetos emancipatórios. É preciso recuperar a esperança com base num realismo contextualizado. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos,

a esperança não reside, pois, num princípio geral que providencia por um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares excepto naqueles em que ocorreram efetivamente. É este o realismo utópico que preside às iniciativas dos grupos oprimidos que, num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda a parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente. [...] A criação de redes transnacionais entre alternativas locais é uma forma de globalização contra-hegemônica – a nova face do cosmopolitismo (2000, p. 36).

Os esforços emancipatórios na luta por uma sociedade melhor, em que os espaços públicos de cidadania estejam acessíveis a todos, está a exigir uma nova normatividade, calcada no chão das lutas sociais, a ser efetivada pela participação plural ou multicultural dos agentes sociais. Então a produção de novos sentidos, a sinalizarem novos espaços emancipatórios, ensinará o surgimento de redes de solidariedade, de irradiação translocal em favor de uma ética de inclusão social capaz de alijar do meio social a lógica da descartabilidade do ser humano.

## **Em busca de um novo contrato social**

Essa tarefa, árdua mas gratificante, de reinventar uma ética inclusiva a partir da multiplicidade de experiências locais e regionais, cimentada pelo escopo comum de disseminar novos espaços de solidariedade, não pode prescindir de uma comunhão saudável com a natureza. Uma educação

ambiental abrangente e aberta, disposta a reconciliar a humanidade com o mundo em que vive, poderá encontrar no pensamento ecológico um novo princípio ético, assumindo pretensões de universalidade. Nas palavras de Herbert de Souza,

o pensamento ecológico está dizendo ao capital que antes dele vem a relação com a natureza, diante da qual o capital é apenas uma criança brincando de Criador, sem ter idade e sabedoria para isso. [...] Não fomos capazes de incluir em nosso horizonte toda a humanidade, nem fomos capazes de nos incluir no horizonte de um universo que nos ultrapassa em tantas dimensões (1992, p. 12-13).

Com base nesse pensamento ecológico, de viés mais biocêntrico do que antropocêntrico, a necessidade de a humanidade se retomar como ser plenamente natural “implica um novo modelo de cidadania a ser implantado, através de lutas democráticas, pelo movimento social contra a degradação do meio ambiente” (Corrêa, 2002a, p. 32). Segundo Acsehrad,

essas lutas têm por objetivo geral introduzir princípios democráticos nas relações sociais mediadas pela natureza: a igualdade no usufruto dos recursos naturais e na distribuição dos custos ambientais do desenvolvimento; a liberdade de acesso aos recursos naturais, respeitados os limites físicos e biológicos da capacidade de suporte da natureza; a solidariedade entre as populações que compartilham o meio ambiente comum; o respeito à diversidade da natureza e aos diferentes tipos de relação que as populações com ela estabeleçam; a participação da sociedade no controle das relações entre os homens e a natureza (1992, p. 19).

A cidadania é, pois, uma questão política, por sua relação necessária com a esfera pública. A ecologia é um campo de luta social, pois o meio ambiente deve ser visto como um espaço comum. No dizer de Isabel Carvalho, “ao contrário do sentido etimológico de OIKOS, a luta ecológica vem justamente mostrar que o meio ambiente não é a casa, no sentido doméstico, privado, daquele espaço de intimidade. O meio ambiente é um espaço

comum, e sobretudo um espaço público, onde habitamos com os outros” (1992, p. 34). O entorno das condições materiais de sobrevivência e de vida digna torna-se, portanto, componente indispensável para a realização da cidadania.

Impõe-se como tarefa das mais urgentes a reconstrução e a democratização dos espaços físicos planetários para que os cidadãos do mundo possam, de forma efetiva e consistente, ocupar o lugar social que lhes cabe. A criação de novos espaços públicos inclui necessariamente um desvio de rota na lógica dos que defendem o desenvolvimento como crescimento indiscriminado e perverso dos recursos naturais em favor de uma acumulação expropriadora e eticamente espoliativa. Somos natureza e, como tal, ou nos construímos solidariamente, ou nos tornamos agentes privilegiados de desintegração planetária pela implosão da esfera pública, vista como o espaço vital da partilha humana.

O recrudescimento do imperialismo americano, ostensivamente atualizado pelo governo Bush e seus seguidores, sob a complacência, para não dizer conivência ou impotência política da ONU, traz à tona a fragilidade dos organismos internacionais, historicamente legitimados, se não vocacionados, em nome da preservação e da incrementação de espaços públicos planetários. A falácia do discurso dos governantes norte-americanos, pretensamente voltado à liberdade dos cidadãos de outros países, em nome da qual se joga no lixo o tão apregoado direito de autodeterminação dos povos, está a sinalizar muito mais a barbárie de um novo estado de natureza do que a solidariedade de uma cidadania planetária. Interesses petrolíferos e militaristas sobrepõem-se pragmaticamente à dignidade humana.

O novo Leviatã anglo-americano, com tentáculos bem mais sofisticados e perversos, escancara a falência da concepção moderna de cidadania, ou seja, os seres humanos, individualmente considerados, construindo conjuntamente as solidariedades coletivas. Os “cidadãos” do novo império passam a ser as poucas, mas grandes, corporações que traçam os rumos da economia mundial em seu próprio favor, alijando sempre mais dos espaços de cidadania a esmagadora maioria dos que povoam as periferias do sistema.



Cabe, portanto, à cidadania, enquanto processo de construção de espaços públicos, formular um novo contrato social, de cunho emancipatório, e tendo como princípios fundantes a ecologia, a solidariedade participativa e a inclusão social. Espaços públicos de vida digna constroem-se paulatinamente por meio de frentes comuns de combatividade solidária, aptas a transformarem as lutas locais e regionais em momentos de um processo maior, tendo como horizonte de sentido a partilha dos espaços sociais de que os cidadãos necessitam para a realização coletiva de suas identidades e diferenças.

Se há uma globalização elitista, em cujo processo as condições materiais de existência são crescentemente apropriadas pelos novos “cidadãos” do mundo, mister se faz lutar politicamente por uma globalização inclusiva, em que desenvolvimento passe a significar mais qualidade de vida, maior partilha do bolo de bens e riquezas, que os agentes privilegiados do sistema de mercado se negam a socializar, ao invés de uma acumulação de capital predominantemente privatista, conquistada à custa da descartabilidade do ser humano.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.
- ARISTÓTELES. *Tratado da política*. Trad. de M. de Campos. Publicações Europa-América, 1977.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BENJAMIN, César et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação, meio ambiente e ação política. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.
- CORRÊA, Darcísio. Ética, cidadania e educação ambiental. *Revista Habeas Data: Reflexões sobre o direito*/Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, ano 1, n. 1, jan./jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. 3.ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002.

CORRÊA, Darcísio (Org.). *Direito, espaço público e transformação social*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2003.

GUÉHENNO, Jean-Marie. *O fim da democracia*: Um ensaio profundo e visionário sobre o próximo milênio. Trad. de Howard Maurice Johnson e Amaury Temporal. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 2001.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Herbert de. Ecologia e democracia: duas vertentes questionam o desenvolvimento. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.